tério da Economia e da Inovação, sitas na Rua Direita do Viso, 120, 4269-002 Porto, durante as horas normais de expediente, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos.

31 de Julho de 2007. — O Director Regional, *Manuel Humberto Gonçalves Moura*.

Despacho (extracto) n.º 18 921/2007

Por despacho de 15 de Maio de 2007 da directora regional da Economia do Norte, foram renovadas, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, as comissões de serviço como chefes da Divisão dos Recursos Geológicos e de Metrologia dos licenciados Paulo José Barata Salgueiro Pita e Ana Cristina Moreira da Silva Pinto Falcão Ferreira, respectivamente.

31 de Julho de 2007. — O Director Regional, *Manuel Humberto Gonçalves Moura*.

Despacho n.º 18 922/2007

Por meu despacho de 31 de Julho de 2007, foi Lucília da Silva Moreira Ferreira, técnica profissional principal do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Norte, promovida automaticamente, independentemente de concurso, a técnica profissional especialista, da carreira técnica profissional, do mesmo quadro, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, pelo facto de ter obtido a classificação de *Excelente* na avaliação de desempenho referente aos anos de 2005 e 2006 e por à data de 31 de Dezembro de 2006 já ter decorrido o último ano do período de tempo necessário à promoção.

A presente nomeação produz efeitos reportados à data da aceitação da nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Julho de 2007. — O Director Regional, *Manuel Humberto Gonçalves Moura*.

Despacho (extracto) n.º 18 923/2007

Por despacho de 28 de Março de 2007 da directora regional da Economia do Norte, foram renovadas, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, as comissões de serviço como directores de serviços da Indústria e dos Recursos Geológicos, do Comércio e dos Serviços, de Energia e da Qualidade dos licenciados Filipe Manuel Andrade Castro Soutinho, Maria Joana Gonçalves Ferreira Carreira, Luís Manuel Vilela Pinto e António Lourenço Rodrigues Andrade, respectivamente.

31 de Julho de 2007. — O Director Regional, *Manuel Humberto Gonçalves Moura*.

Despacho (extracto) n.º 18 924/2007

Por despacho de 28 de Março de 2007 da directora regional da Economia do Norte, foi renovada, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a comissão de serviço, como chefe de divisão do Comércio, da licenciada Ana Cristina Santos Saraiva Jorge Dórdio Gomes.

31 de Julho de 2007. — O Director Regional, *Manuel Humberto Gonçalves Moura*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 18 925/2007

Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 23 de Julho de 2007, João Paulo Mendes Escudeiro, com a categoria de escrivão-adjunto, da carreira de oficial de justiça, do quadro de pessoal do Ministério da Justiça, foi nomeado definitivamente, na sequência de aprovação em estágio, na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, ao abrigo do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando exonerado do lugar anterior a partir da data de aceitação.

A nomeação produz efeitos à data do despacho, ficando posicionado no escalão 1, índice 400. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Julho de 2007. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria Fernanda Luz Guia*.

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho (extracto) n.º 18 926/2007

Por despacho do director-geral dos Recursos Florestais de 9 de Julho de 2007 foi conferida delegação de competências, ao abrigo do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e do artigo 6.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ao licenciado em Economia José Pulo Henrique de Freitas, director de serviços de administração, para a prática dos seguintes actos:

1) Autorizar as concessões e abonos de ajudas de custo referentes a missões de serviço em território nacional;

2) Autorizar viaturas do Estado a atravessar a fronteira;

3) Autorizar a aprovação de horários de trabalho, nos termos do disposto nos artigos 5.º, 6.º, 18.º, 19.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

4) Assinar toda a correspondência e expediente, com excepção daquela que seja dirigida aos membros do Governo, aos seus gabinetes e a outros órgãos de soberania, bem como daquela que constitua matéria reservada dirigida às instituições comunitárias e internacionais;

5) Gerir os meios humanos e de equipamento afectos à Direcção de Serviços e sua participação em programas e projectos em que a mesma seja interveniente;

6) Empossar o pessoal e autorizar os funcionários e agentes a tomarem posse em local diferente daquele em que foram colocados, prorrogar o respectivo prazo, solicitar que aquela seja conferida pela autoridade administrativa ou por agente diplomático ou consular e conceder aos funcionários e agentes dos serviços externos o direito ao vencimento a partir da data da posse, independentemente da entrada em exercício das novas funções;

7) Autorizar o gozo de férias e aprovar o respectivo plano anual;

8) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença;

9) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;

10) Nas ausências ou impedimentos do director-geral, autorizar a inscrição e participação de funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional;

11) Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, salvo no caso de aposentação compulsiva e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime de segurança social da função pública, incluindo os referentes a acidentes em serviço, autorizando o processamento das respectivas despesas, até ao limite de € 5000;

12) Autorizar o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte;

13) Autorizar a realização de despesas com a locação e aquisição de serviços e bens, até ao limite de € 5000, nos termos da alínea a) do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2007, ratificando-se todos os actos praticados desde aquela data pelo dirigente acima identificado no âmbito dos poderes ora delegados.

11 de Julho de 2007. — O Chefe de Divisão dos Recursos Humanos, *Manuel Rosa*.

Direcção-Geral de Veterinária

Despacho n.º 18 927/2007

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 9.º, n.ºs 2, 3 e 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delego na directora dos Serviços de Administração, Dr.ª Isabel Maria Laranjeira Simões da Silva Cordeiro Ferreira, as seguintes competências:

1) Autorizar despesas correntes e de capital até aos limites de € 2500 e € 500, respectivamente, em cada caso, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis;

2) Assinar requisições de fundos e de pedidos de libertação de créditos (PLC) às competentes delegações da Direcção-Geral do Orçamento;